



Ministério da Justiça

Intervenção do Ministro da Justiça
Sessão comemorativa do 30º Aniversário da adesão de Portugal à
Convenção Europeia dos Direitos do Homem
Supremo Tribunal de Justiça
10 de Novembro de 2008

Celebrar o trigésimo aniversário da adesão de Portugal à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, num país que viveu meio século sob ditadura, é comemorar três décadas vividas sob a égide do respeito pela dignidade da pessoa humana, de inserção de Portugal no núcleo das nações europeias democráticas, de integração na Europa que se pauta pelos valores da Democracia e do respeito pelo Estado de Direito, referências primeiras do Conselho da Europa.



Só com o advento da Democracia em Portugal foi possível encetar o processo de adesão ao Conselho da Europa e, simultaneamente, aderir àquele que é, sem dúvida, um dos seus maiores feitos: a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. A adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem exprime e identifica um novo Portugal, livre da ditadura e da opressão, aberto ao respeito dos direitos fundamentais, imbuído de um novo sentido de respeito e dignificação dos direitos dos seus cidadãos. É, por isso, para nós, particularmente marcante celebrar três décadas de comunhão de valores entre Portugal e a Europa da democracia e dos direitos do homem.

Felicito o Supremo Tribunal de Justiça, na pessoa do seu Presidente, por ter estado na primeira linha da promoção de um acto tão significativo, já que a história da adesão de Portugal à Convenção se confunde com a história da Democracia portuguesa.



Ministério da Justiça

Portugal assinou a Convenção no dia 22 de Novembro de 1976, precisamente no mesmo dia em que foi aceite como membro do Conselho da Europa. E veio depois a ser aprovada, por ratificação, já em 1978.

Quero aqui lembrar e homenagear Medeiros Ferreira, o ministro português dos Negócios Estrangeiros que em 1976 assinou a Convenção, no que foi um passo de históricas consequências e um contributo de longo alcance para a edificação e aperfeiçoamento do Estado de Direito.

À data da assinatura da Convenção, Portugal tinha aprovado, há escassos meses, a sua Constituição, que iniciou, simbolicamente, a sua vigência no dia 25 de Abril de 1976. Uma Lei Fundamental que unanimemente era (e é) vista como uma Constituição generosa em sede de direitos fundamentais. Uma Constituição que dispõe de um rol abrangente de direitos, liberdades e garantias e de direitos económicos, sociais e culturais, fazendo vingar, após quatro décadas de negação e repressão, as ideias de dignidade da pessoa humana, de soberania popular e de Estado de Direito.



A adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem traduz e espelha a vinculação internacional aos valores sobre os quais Portugal tinha fundado o seu direito constitucional.

Recebida a Declaração Universal dos Direitos do Homem, importava inserir Portugal no contexto de uma organização e de uma estrutura jusfundamentalista de âmbito regional europeu, afirmando-se e garantindo-se o apego da jovem Democracia aos princípios e valores comuns da Europa.

Esse foi o alcance do passo dado em 1976 e juridicamente consumado, dois anos depois, há justamente trinta anos.

Ao vincular-se à Convenção, Portugal comprometeu-se internacionalmente a garantir um conjunto muito significativo de direitos das pessoas singulares e colectivas.

Mas veio, sobretudo a, criar as condições para absorver e fazer uso de uma cultura e de uma elaboração jurídica exigente em torno do pilar jurisdicional da democracia. Decisão em prazo razoável, processo equitativo, igualdade de armas, processo penal adversarial - são alguns exemplos dessa exigência inspiradora.



A Convenção comporta, como sabemos, para além da sua vertente substantiva ou proclamatória, uma garantia institucional de eficácia, traduzida na criação de uma estrutura organizativa jurisdicional incumbida de garantir a sua aplicação. Aqui reside uma das suas marcas distintivas e uma das razões do seu sucesso.

É que não basta proclamar solenemente uma lista de direitos fundamentais da Europa. É necessário dotar essa lista dos métodos de defesa que lhe permitam ser efectiva, invocável e aplicável. Tão importante como o sentido enunciativo da Convenção, é o modo de controlo judiciário de que está dotada a Convenção.

A criação de uma instância jurisdicionalizada, de funcionamento permanente, especializada em direitos do Homem marca, sem dúvida, o regime de protecção dos direitos fundamentais na Europa. O prestígio granjeado pelo Tribunal ao longo das últimas décadas tem contribuído para a afirmação dos direitos fundamentais na Europa e para a credibilidade do sistema de salvaguarda que o caracteriza. Os europeus conhecem-no.



Quero prestar homenagem neste acto ao valioso contributo do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem para o Estado de Direito Democrático na Europa, e tenho o privilégio de o poder fazer na pessoa do seu presidente, Jean-Paul Costa, cuja presença neste acto tanto nos honra.

Nas reformas legislativas dos últimos anos procurámos assegurar um grau de congruência, que faltava, entre as decisões judiciais internas e as decisões internacionais a que estamos vinculados.

A partir de 2007, no nosso direito processual penal, passou a prever-se a admissibilidade de recurso extraordinário de revisão, sempre que exista uma sentença proferida por uma instância internacional, vinculativa do Estado português, como é o caso do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, inconciliável com a condenação ou que suscite grandes dúvidas sobre a sua justiça.



E também a reforma dos recursos cíveis veio, em paralelo, ampliar os casos em que é admissível o recurso extraordinário de revisão, de forma a permitir que a decisão interna transitada em julgado possa ser revista quando viole a Convenção Europeia dos Direitos do Homem ou normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte.

Alteraram-se assim regimes que poderiam, na prática forense, colocar obstáculos de difícil transposição e que, no limite, implicariam o não cumprimento das obrigações internacionalmente assumidas por Portugal.

O Estado Português, através destas alterações legislativas honra os deveres internacionais a que livremente se vinculou e confere efectividade à vontade, que é a sua, de se sujeitar à jurisprudência europeia em matéria de direitos humanos.

São alterações legislativas motivadas, em primeiro lugar, pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e que comprovam o respeito que o Estado Português dedica a esta instância três décadas depois da adesão.



Ministério da Justiça

Agora que se comemoram também os dez anos da entrada em funcionamento do “novo” Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, funcionamento a título permanente, tal como foi previsto no Protocolo nº11, podemos dizer que novos e complexos desafios se colocam hoje à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e ao sistema de garantia que lhe está associado.

O aprofundamento da vertente jusfundamentalística da União Europeia expressa, entre outros actos, pela proclamação solene da sua Carta dos Direitos Fundamentais e pela atenção prestada pelo Tribunal de Justiça à matéria dos direitos fundamentais, retira, aparentemente, alguma da área privilegiada de actuação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Aparentemente, porque a realidade é mais complexa.

Por um lado, porque o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, através da sua jurisprudência, tem-se reconhecido competente para avaliar a actuação dos Estados-membros da União Europeia no âmbito de actuação do Direito Comunitário.



Por outro, e não menos significativamente, é a própria União e as suas instituições que livremente se vinculam, mesmo que ainda não sejam Altas Partes Contratantes da Convenção, aos seus ensinamentos. Do Direito da União, aliás, já hoje fazem parte, enquanto princípios gerais, os direitos fundamentais tal como os garante a Convenção. Recentemente, o artigo 6.º do Tratado da União Europeia, na versão revista pelo Tratado de Lisboa, estabelece que a União aderirá à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, como já se consolidara na Convenção Europeia. O que legitimará que os actos da União possam ser fiscalizados por um Tribunal alheio à União: o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Mais: no processo legislativo da União o papel desempenhado pela Convenção na elaboração das soluções tem assumido crescente relevância – algo que é muito evidente para quem tenha participado no processo legislativo europeu ao longo das duas últimas décadas.



Importa, assim, criar as pontes necessárias para uma profícua articulação entre a Convenção e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, por um lado, e, sobretudo as duas instituições jurisdicionais que lhes estão associadas, por outro. Impõe-se reflectir e aprofundar, no seio dos Estados, no âmbito do Conselho da Europa e no conjunto da União Europeia, o papel da Convenção Europeia dos Direitos do Homem no contexto de uma Europa mais integrada, assente no respeito pelos valores fundamentais. E importa equacionar, em termos ajustados ao presente e às expectativas dos nossos concidadãos, o modo como se deve estabelecer a coadunação de duas instâncias jurisdicionais que pretendem fazer vingar a dignidade da pessoa humana, expressa nos textos básicos que aplicam.

A abertura do Conselho da Europa aos Estados outrora dominados por regimes não democráticos e a capacidade que o Conselho, assim como o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, revelaram ao lidar com a emergência de novos e incipientes sistemas democráticos de governação no centro e no leste do continente europeu, provaram a enorme relevância da Convenção numa Europa em rápida transformação, a sua



actualidade e o valor intrínseco dos direitos que comporta. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e o sistema de protecção de Direitos Fundamentais alicerçado na Convenção Europeia dos Direitos do Homem abrange hoje 800 milhões de habitantes, o que bem demonstra a sua importância de verdadeiro macro sistema de referência a uma escala global.

O Mundo observa atentamente a Europa, e o seu património democrático de direito. A «Grande Europa» tem para consigo e para com o resto do planeta um dever de cumprimento, promoção e projecção dos direitos fundamentais. A Portugal, o primeiro Estado a abolir a pena de morte, um Estado dotado de uma Constituição rica em direitos fundamentais, também com um património de laços muito profundos a vários outros ordenamentos jurídicos, noutros continentes, cabe um papel neste processo de jusfundamentalização, que marcará as próximas décadas.



Ministério da Justiça

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem constituiu, ao longo destes últimos trinta anos, um instrumento de aperfeiçoamento e consolidação democrática, na nossa integração na Europa preocupada com os valores do Humanismo e na definição de um caminho de progresso para o direito, assente na dignidade da pessoa humana.

Pretendemos aprofundar esse rumo em Portugal e dar o nosso contributo para que o seja também na Grande Europa e no Mundo.

Assim seremos dignos da aposta de há três décadas.